



Assembleia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de

Justiça

para os devidos fins.

Em 28/03/06

Elisângela

Constituição de Maria Inês Rodrigues
Chefe do Núcleo de Comissões Técnicas

1º Deputado

João F. D. B. A.

para relatar.

Em 30/3/2006

Presidente Comissão de Constituição e Justiça

Processo AL nº 2192/05 - Projeto de Lei Complementar – AL nº 004/05, que “*Institui o Código de direitos, garantias e obrigações do contribuinte no Estado do Piauí*”.

Regime de Tramitação: Ordinário

Autor: Deputado Luciano Nunes (PSDB)

Relator: Deputado João de Deus (PT)

PARECER CCJ Nº /06

I - Relatório

Em cumprimento às previsões definidas nos arts. 34, I, "a", 141, I a III, e 144, III, do Regimento da Assembleia Legislativa, foi submetido à apreciação da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Processo AL nº 2192/05 - Projeto de Lei Complementar nº 004/05, que “*Institui o Código de direitos, garantias e obrigações do contribuinte no Estado do Piauí*”, de autoria do Deputado Luciano Nunes, havendo o Presidente da Comissão designado o Deputado João de Deus (PT) para funcionar na Relatoria.

A apreciação do referido Projeto de Lei Complementar deve ser submetida aos regramentos constitucional e regimental.

O presente projeto, *apesar de não possuir uma justificativa em seu escopo*, é sustentado pelos artigos 24, inciso I e seu §1º e 146, incisos de I a III da nossa Carta Maior, onde se permite que os Estados possuam o direito de legislar sobre matéria tributária, desde que obedeça as normas gerais e não vá de encontro a Constituição Federal.

Tramita atualmente no Congresso Nacional o Projeto de Lei Complementar do Senado nº 646/1999 que dispõe sobre os direitos e as garantias do contribuinte e dá outras providências. O projeto do Senado possui mais de cinquenta e três artigos e está sendo apreciado atualmente na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Congresso Nacional.

Apesar desta lei não ter sido ainda aprovada pela casa legislativa nacional, vários Estados já aprovaram leis no sentido de implementar em seus territórios tal norma de condutas.

Das iniciativas estaduais vale lembrar a Lei Complementar 939 de abril de 2003 que instituiu o Código de Direitos, Garantias e Obrigações do Contribuinte no Estado de São Paulo, **idêntica a Iniciativa que ora estamos analisando**, a Lei Complementar nº 313 de 22 de dezembro de 2005 que instituiu este mesmo Código no Estado de Santa Catarina e por fim o Projeto de Lei 045/2005, que tramita na Assembleia Legislativa do Estado do Ceará.

Apesar de boa parte dos preceitos existentes neste projeto de lei, sejam prática costumeira da Secretaria de Fazenda do Estado do Piauí (SEFAZ) e demais instituições deste Estado, este projeto estabelece normas claras e trazem mais segurança jurídica ao Contribuinte.

De todo projeto, a única inovação que merece ser destacada é a criação do Conselho Estadual de Defesa do Contribuinte – CODECON que atuará na “defesa dos interesses dos contribuintes”. Órgão isento para cobrar, criticar e construir as políticas para proteção do contribuinte, trazendo grandes benefícios para a melhoria dos serviços da Secretaria Estadual de Fazenda, dividindo o poder estatal com a sociedade, tornando as relações muito mais democráticas.

II - Voto do Relator

Após análise circunstanciada Processo AL nº 2192/05 - Projeto de Lei Complementar nº 004/05, que “*Institui o Código de direitos, garantias e obrigações do contribuinte no Estado do Piauí*”, submetida à apreciação desta Comissão Permanente, o deputado designado para funcionar na Relatoria **vota favoravelmente**, em decorrência da constitucionalidade e legalidade do aludido projeto de lei.

III - Parecer da Comissão

A Comissão Permanente de Constituição e Justiça - CCJ, após discussão e votação da matéria, delibera:

() pelo acatamento do Voto do Relator, apurado através dos votos dos Deputados membros desta Comissão, presentes à reunião, mediante a aposição de suas assinaturas a este Parecer, conforme a natureza de seus votos;

() pela rejeição do Voto do Relator, apurada através dos votos dos Deputados membros desta Comissão, presentes à reunião, mediante a aposição de suas assinaturas a este Parecer, conforme a natureza de seus votos.

SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS, Teresina (PI), 12 de junho de 2006.


Deputado João de Deus Sousa
Relator

MEMBROS TITULARES

VOTO FAVORÁVEL
AO DO RELATOR

VOTO CONTRÁRIO
AO DO RELATOR

Estado do Piauí
 Assembléia Legislativa
 COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Dep. João Mádisson - Presidente	()
<i>p/ Wilson Trauco</i>	()
Dep. Leal Júnior - Vice-Presidente	()
<i>[Signature]</i>	()
Dep. Mauro Tapety	()
<i>[Signature]</i>	()
Dep. Roncaldi Paulo	()
<i>[Signature]</i>	()
Dep. Irmão Elias	()
<i>[Signature]</i>	()
Dep. Hélio Isaias	()

APROVADO A UNANIMIDADE
 em, 13 / 06 / 06
[Signature]
 Presidente da Comissão de
 Justiça

MEMBROS SUPLENTE

_____	()	()
_____	()	()
_____	()	()
_____	()	()
_____	()	()
_____	()	()
_____	()	()